

**APRENDENDO COM O AXÉ:
A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO CULTURAL NA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ILÊ
AXÉ OJU ONIRE**

José Raimundo Lima Chaves¹
Luciano Simões²

Resumo: Nas últimas décadas, o campo da política e da gestão cultural tem se desenvolvido, tanto do ponto de vista das suas práticas quanto de suas reflexões, a partir da compreensão de a cultura considerada nas suas três dimensões: cidadã, simbólica e econômica. Esta perspectiva contribui para a importância de se refletir sobre a gestão de espaços que historicamente não vinham sendo considerados como espaços e ou equipamentos culturais, a exemplo dos terreiros de candomblé, cujas pesquisas abordam, predominantemente, a sua dimensão religiosa. O presente texto se propõe a contribuir para a reflexão sobre as formas de gestão dos terreiros de candomblé, enquanto espaço cultural, a partir da experiência da Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onirê, localizado na cidade de Santo Amaro da Purificação (BA). Além da introdução, o texto faz um breve histórico da criação do Ilê Axé Oju Onirê, a partir da biografia do seu líder religioso e da trajetória de realizações da Associação. Em seguida, compartilha alguns depoimentos dos colaboradores da associação para concluir com algumas reflexões sobre os seus desafios de gestão.

Palavras-chave: Gestão Cultural; Espaços Culturais Afrocentrados; Religiosidade matriz africana.

**1. INTRODUÇÃO: O ILÊ AXÉ OJU ONIRÊ COMO ESPAÇO CULTURAL
INSURGENTE**

Mariana Albinati, no artigo "Espacialização das Diferentes expressões culturais na Cidade" (2019), discute sobre diferentes concepções que contornam os espaços culturais que vão além das perspectivas convencionais de equipamentos culturais nas cidades do Brasil. A autora apresenta três compreensões de espaço cultural: Espaços Culturais Empreendedores, Espaços de Acesso à Cultura e Espaços Culturais Insurgentes.

Os Espaços Culturais Empreendedores são constituídos a partir de uma dimensão econômica da cultura baseada em uma lógica de mercado. Nestes espaços predominam os princípios de valor de trocas ou de recurso de marketing, para o fortalecimento do negócio cultural. São serviços culturais, como cinemas, casas de

¹ Babalorixa do Ilê Axé Ojú Onirê (Santo Amaro, Ba). Produtor e gestor cultural. Graduado em História (FTC/2010). Especialista em Políticas e gestão cultural (UFRB/2019). iaoonire@hotmail.com

² Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) lucianosimoes@ufrb.edu.br.

shows, galerias de artes entre outros. Ou seja, um espaço com caráter de empresa cultural.

Quanto os Espaços de Acesso à Cultura, são promovidos a partir de uma perspectiva de valor de uso e não valor de troca, em geral espaços promovidos a partir da iniciativa do Estado. Ressalta-se, contudo, que esses espaços são comumente construídos a partir de uma lógica hegemônica vertical (de cima para baixo), com um viés pautado na democratização da cultura na busca pela efetividade do acesso e fruição à cultura promovida como política do Estado. Esta perspectiva de espaço ao mesmo tempo em que contribui para o acesso, são por vezes, espaços que não dialogam como as realidades locais e dos territórios.

Já os Espaços Culturais Insurgentes são caracterizados por serem frutos das práticas cotidianas, da vida social, expressos em diferentes formas de espacialização em relação aos espaços que são promovidos pelo Estado e pelo Mercado Cultural.

No município de Santo Amaro temos vários grupos culturais que poderiam ser pensados com esta perspectiva de Espaços Insurgentes de Cultura, em função da sua natureza de atuação e formas de ocupação do espaço urbanos: o maculêlê realiza suas atividades nos espaços públicos da cidade; os paredões de pagode organizam seus encontros em áreas livres geralmente na periferia da cidade; os terreiros de candomblé atuam no seu próprio espaço religioso, além de ocupar as ruas. Esta realidade reforça a necessidade de pensar em políticas públicas culturais e em espaços culturais que dialoguem com a diversidade expressa em cada território, para que assim possamos fortalecer as manifestações culturais e artísticas, bem como os novos modelos de gestão para as instituições culturais no município. Os Terreiros de Candomblé podem ser pensados, assim, como um espaço insurgente de cultura, mas, apesar da sua importância, são relativamente recentes e escassos os estudos sobre a gestão e a produção da cultura dos terreiros. Estes espaços possuem dinâmicas próprias de gestão das suas ações culturais se comparadas aos espaços como o teatro, museu, casa de shows, entre outros. Formas de gestão que não são dissociadas dos seus valores religiosos e da sua vida comunitária. Neste sentido, o texto compartilha a experiência da Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onirê, a partir de uma breve resumo das suas

principais realizações, situadas no tempo, e das reflexões sobre seus principais colaboradores.

Este texto foi produzido a partir da pesquisa desenvolvida por seu autor, como Trabalho Final do Curso da Especialização em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no final de 2019. Além desta breve introdução, é apresentada uma contextualização histórica sobre a criação da Associação Ilê Oju Onire, no município de Santo Amaro e suas principais ações desenvolvidas. Em seguida, compartilhamos as reflexões dos seus principais colaboradores, todos filhos do Terreiro e integrantes de religião de matriz africana. Por fim, traçamos algumas considerações finais.

2. SURGIMENTO E TRAJETÓRIA DO ILÊ AXÉ OJU ONIRÊ: DA AUTOBIOGRAFIA DO SEU LÍDER RELIGIOSO ÀS REALIZAÇÕES NA LINHA DO TEMPO

Para conhecer a trajetória do Ilê Axé Oju Onirê, é necessário começar pela história de seu fundador, líder religioso e autor deste texto, José Raimundo Lima Chaves conhecido religiosamente por Pai Pote.

2.1. A trajetória de Pai Pote

Nasci em 27 de setembro de 1965, no município de Santo Amaro, filho de José Justino Chaves e Carmelita Lima. Desde o nascimento, segundo relatos dos mais velhos, o Orixá Ogum já mostrava a escolha do menino que se tornaria no futuro um Babalorixá (sacerdote religioso). Ogum é um Orixá responsável pelas estradas de ferros e dos caminhos. Não é por acaso que a Rua Barão de Vila Viçosa, local em que nasci, passa uma linha de trem, símbolo peculiar de confirmação do Orixá em minha vida.

Ainda novo, em meus 10 anos de idade, fui levado aos terreiros por pessoas de confiança de minha família. Mesmo que eles não tivessem esta opção religiosa, respeitavam e permitiam que eu fosse. Às vezes, mesmo sem a permissão deles, eu ia escondido, já que havia vários terreiros no mesmo bairro: bastava ouvir um foguete que eu organizava a roupa e ia guiado pelos toques do atabaque. Os sons dos ataques moviam meu corpo, os cânticos elevavam minha alma a um grau sublime e o trabalho

no terreiro trazia a mim a alegria. Era/é uma força da ancestralidade africana que nos convoca.

Não por acaso, fui convidado para vários terreiros seja no município de Santo Amaro seja de outros municípios do Recôncavo e de Salvador. O Tata de Inkisse, filho de Gongobila, da nação angola, família Tumba Jussara, José da Paixão da cidade de Feira de Santana, criou um laço afetivo comigo e viu em mim a presença marcante do Orixá. Ao criar o seu Ilê Axé Inz Nganga Gongobila, o Tata de Inkisse sempre me levava e terminou por me convidar por integrar a casa dele. Contudo, o meu pai ameaçou a minha família e a mim, que eu não deveria integrar um terreiro em outro município, já que não tinha pessoas de confiança para cuidar de mim e o tempo naquele período de resguardo era mais longo que os dias atuais, além de tudo, eu era menor de idade.

Ao frequentar a algum tempo uma das casas mais antigas da cidade de Santo Amaro, criado em 1887, o Ilê Axé Omim Ji Jarrum, com forte ancestralidade africana, de nação Nagô-Vodun, fui iniciado no candomblé pela Yalorixá Maria Umbelina Santos Pinho, mais conhecida Mãe Belinha, em 1986. Terreiro Viva Deus/Santo Amaro, apesar de o nome ser português, a nação é nagô-Vodun. Fundado pelo Babalorixá Epfânio Santo Rita e, posteriormente, assumido pela Yalorixá Avelina Cardoso, Filha de Santo de Mãe Almerinda.

Desde esse momento, passei a participar ativamente das ações do Bembé do Mercado e outras que envolviam as religiões de matriz africana. Em 1988, após cumprir todas as obrigações religiosas fui avisado pelo caboclo do Babalorixa Geovane de Araci, do Ilê Axé Gitolobi, do município de Araci, que deveria aos 33 anos idade ser responsável por uma casa de axé. Ao ter confirmação dos oráculos, fui outorgado ao cargo de Babalorixa, em 06 de junho de 1998 e fundei o Terreiro Ilê Axé Oju Onirê, pertencente a 4ª geração do Ilê Axé Omim Jarrum. Com não tínhamos recursos financeiros para comprar um terreno, os orixás providenciaram tudo. Assim, um filho de santo de Logunede fez a doação de um recurso, comprando o terreno do Terreiro.

Em 1999, assumo a responsabilidade de cuidar e ser o responsável pelo sacerdócio junto com Mãe Belinha, Mãe Guiomar e Mãe Lidia, do Ilê Axé Oju Onire. — “Oju Onire” traduzido do ioruba para o português significa “a casa das forças dos olhos da

terra de Ogum”, além disso, Ogum Onire é uma qualidade de Ogum em sua infância, ou seja, um Ogum menino.

Nos primeiros momentos, tínhamos poucas condições e vivíamos às graças dos Orixás. Éramos poucos na casa, mas tínhamos (e ainda temos) Ogum no caminho: é Alafiá. Assim, começamos a perpetuar e a desenvolver diversas ações culturais, educacionais e sociais no bairro e na cidade, a partir do Terreiro. Na época, ações desta natureza vinda de um terreiro não eram comuns. As pessoas encantadas por nossas produções começaram a se interessar pelas atividades que estavam sendo desenvolvidas e começaram a participar, tanto aqueles que são aderentes da religião de matriz africana de outros terreiros quanto a comunidade em geral.

Os primeiros filhos da casa começaram a transmitir aos mais novos os ensinamentos e saberes da cultura africana e, assim, fomos constituindo a nossa família Ilê Axê Oju Onire. Diversos foram os desafios que perpassaram a nossa caminhada. Os filhos e as filhas mais velhos, ao lerem este documento, vão recordar das horas sem dormir, dos dias de preocupação, das vulnerabilidades sociais e econômicas que sempre batiam à nossa porta. Mas vão lembrar também dos dias de alegria, ao ouvir minha voz chamando cada um: “o Yâo de Ogum...”! Recordo da iniciação de cada um dos filhos da casa!!! No momento que em nasciam para o Orixá, eu assumia mais uma vez o papel paterno de acalantar e guiar espiritualmente. Por isso, levo comigo, os meus filhos/as.

Apesar das condições precárias, continuávamos louvando e cultuando aos Orixás com glamour e honra. Com alegrias e contentamentos íamos a passos leves e pé ligeiro, desenvolvendo diversas ações no âmbito artístico e cultural no município de Santo Amaro (BA): ensinávamos a dançar, a cozinhar, a língua ioruba, a costura africana e outros traços oriundos da diáspora. Fruto dessas ações, criamos em 2001 a Associação Beneficente Ilê Axé Ojú Onirê.

2.2.As principais ações da Associação Ilê Axé Oju Onirê situadas no tempo

A Associação Beneficente Ilê Axé Ojú Onirê é uma organização não governamental, que tem como um de seus objetivos promover os direitos sociais a partir do desenvolvimento de atividades direcionadas ao âmbito da religiosidade, da arte e da

cultura, bem como garantir a promoção de capacitação para o trabalho e incentivo à cultura afro brasileira imbricada do Recôncavo da Bahia. Tais objetivos, se concretizam com o oferecimento de cursos e de oficinas de idiomas da língua africana, de corte e costura, de culinária africana e afro-brasileira, de economia criativa, além de seminários e palestras sobre temas relacionados à cultura Afro-Brasileira e outros de interesse dos filhos do Terreiro e da comunidade onde se localiza nosso espaço.

O público de suas ações e projetos são crianças, adolescentes, jovens, homens e mulheres do município de Santo Amaro (Ba). No campo cultural, destacamos e situamos no tempo algumas ações da Associação:

➤ Em 2001, O Ilé Axé Oju Onirê integrou a produção das atividades no Bembé do Mercado, passando a ser desde então a instituição responsável pela organização do evento.

➤ Em 2001, participou da organização da *Lavage de La Madeleine na Église*, em Paris (França). Este evento representa a difusão das tradições dos terreiros de candomblés do Estado da Bahia, sensibilizando a comunidade brasileira radicada em Paris, além dos próprios franceses sobre a importância e respeito às tradições de matrizes africanas brasileiras. Diversos membros da Associação Ilé Axe Oju Onirê e os filhos da casa já participaram da organização das atividades deste evento na França.

➤ Em 2002, ampliou seu campo de atuação ao começar a oferecer cursos de comidas afro-brasileira para pessoas e comunidades que não frequentam necessariamente o Terreiro nem são praticantes de religião de matriz africana.

➤ Em 2003, iniciou as aulas de capoeira.

➤ Em 2004, começou as aulas de corte e costura.

➤ Em 2005, participou da Conferência Estadual de Cultura.

➤ Em 2008, fundou o Ponto de Cultura Alafiá no próprio espaço do Terreiro Ilé Axé Ojú Onirê, integrando o Programa Cultura Viva desenvolvido pelo no Ministério da Cultura do Brasil. Este espaço discute questões sociais, ambientais, de gênero, de acesso dos jovens do bairro à inclusão digital e profissional, além do processo de interação social, pela afirmação de direitos e de identidade das comunidades. Defende o

direito de que todos sejam reconhecidos como iguais perante a lei independentemente da cor, sexo, credo e orientação sexual.

As ações desenvolvidas durante estes anos superaram o que havíamos previsto quando começamos, em 2001. Durante nossa trajetória, discutimos sobre a valorização da identidade e ancestralidade de religião de matriz africana, desconstruímos preconceitos de religião, de raça e de gênero e o fortalecemos de vínculos comunitários e culturais, oferecendo alternativas para obtenção de renda, emprego para a população local, em especial para os filhos e filhas de santo. Resgatando tradições ameaçadas, administrando melhor o manejo com a natureza, como território, com as leis, o mercado, os benefícios, e garantindo maior visibilidade e autonomia aos moradores e comunidades de terreiros.

Para que todas estas ações e projetos fossem possíveis, foi necessário que desenvolvêssemos nossos próprios caminhos de gestão e produção. Somos uma associação, uma instituição social que tem uma relação direta com as atividades do Terreiro, assim para que todos os projetos ocorram dentro de nossos limites, precisamos organizar.

Na religião de matriz africana nenhuma atividade acontece sem o trabalho em rede e solidário. O trabalho em equipe é crucial para que nossos projetos aconteçam. Trabalhamos com uma lógica de família, assim distribuímos as atribuições de cada um e visamos à autonomia dos saberes e a criação de um sujeito proativo no processo de aprendizagem (MUNIZ, 2002). Desse modo, nossa dinâmica é que todos estejam envolvidos no processo de construção, de execução e de pós-produção. As experiências dentro da Associação Ilê Axé Ojú Onirê são inspiradoras e motivadoras para que os integrantes possam dar continuidade.

Em nossas ações, prezamos que os membros da “casa” ofereçam seus saberes e conhecimentos. Assim, são filhos e filhas do terreiro que oferecem o curso de culinária africana, de corte e costura e mostra para os mais novos que é possível. Mostramos como existe possibilidade de gerar renda e emprego, através dos nossos conhecimentos. Contudo, vale dizer, que a resultado das relações pessoais envolvidas em nosso grupo nem sempre ocorre de forma harmônica, temos também os nossos conflitos. Vale ressaltar que vivemos em parcerias. Buscamos participar de outros eventos, de cursos de

formação em outros municípios; de atividades que fomentem a formação no âmbito da gestão e da produção cultural, de atividades nas escolas e em outras instituições. Não é à toa que escolhi fazer a Especialização em Política e Gestão Cultural, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que contribuiu, significativamente, para o aperfeiçoamento da gestão do Ilê Axé Ojú Onirê, além de repensar nossos modelos de gestão e produção cultural.

No momento em que traçamos os objetivos de cada ação, prevemos uma avaliação do desenvolvimento de cada projeto que foram definidos, conteúdos, estratégia, ações de planejamento, equipe de trabalho, comunicação, requisitos técnicos e de gestão econômica da Associação.

3. O olhar de quem faz o Ilê Axé Ojú Onirê: Babas, Egbomes e Colaboradores.

As ações que até então que foram desenvolvidas são decorrentes tanto de um sonho pessoal de sua liderança, quanto das pessoas que vivem o Ilê Axé. Por isso, para elaboração do trabalho final do curso de Especialização em Política e Gestão Cultural, nos reunimos em grupos com aqueles que vêm desenvolvem há algum tempo atividades na instituição e levantamos alguns depoimentos a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado.

Quando perguntamos sobre o papel do Ilê Axé para Antonioni Afonso, filho de santo da casa há oito anos, formado em Administração e com experiência com projetos sociais, ele destaca:

Eu considero que a associação enquanto sociedade civil, para além da função social e religiosa de matriz africana, ela tem um papel fundamental de fortalecimento das políticas públicas locais na estratégia de superação da pobreza, de superação da violência e de promoção da qualidade de vida das pessoas e não só de quem frequenta Terreiro. (Antonioni Afonso, 2019)

Para além de sua função religiosa, o Ilê Axé desde a sua criação assume um papel civil e ético nas agendas políticas de promoção da igualdade racial no Recôncavo da Bahia. Vêm contribuindo também, para a autoestima e para a saúde da população negra.

Outra interlocutora foi Manuela de Ogum, uma das filhas mais velhas do Terreiro, que já integrou diversas atividades desde a sua fundação. Manuela tem cargos

importantes na casa, entre eles, o de Iamoró, que a coloca com responsável pelo culto das Yamís, as entidades femininas dentro do Candomblé de nação Ketu.

Manuela de Ogum está sempre conectada com a nossa ancestralidade, sua sabedoria e orientação é importante pelos filhos de casa. Egbome Manuela integrou diversas atividades desde a fundação do Terreiro e na sua fala enfatiza a importância das ações da Associação Ilé Axé Ojú Onirê no combate à intolerância religiosa:

Eu, mulher negra, de religião de matriz africana, sou Manuela de Ogunja, filha de santo de Pai Pote. Sou Iamorô da casa e dou aula de culinária. O acesso ao Terreiro é dificultado pelo racismo, pelo preconceito, pela intolerância, então o projeto leva as oficinas às escolas. Se as pessoas não vão ao Terreiro, o Terreiro vai as pessoas. Engajamos as pessoas pelo conhecimento. Através dos projetos, diminuímos a intolerância religiosa e o racismo. Através do diálogo, da culinária, do saber, do conhecimento da religião e de como a religião está inserida na vida das pessoas (Manuela de Ogum, 2019)

A Egbome Manuela considera de máxima importância a transmissão da culinária africana. A culinária desenvolve um papel importante no ritual religioso, já que várias iguarias compõem as oferendas dos orixás, mas também é um marco da identidade afro-religiosa.

Nos últimos, o Ilé Axé Ojú Onirê vem atendendo não apenas a demanda dos seus filhos e filhas, mas também abraçando ideias e projetos de outras comunidades de terreiros. Isso acontece, principalmente, por estarmos nos organizado em rede, facilitando o diálogo das comunidades de terreiro com o Estado e com outras organizações.

Para Antonioni Afonso;

Uma das principais dificuldades que enfrentamos é essa relação entre o poder público e a sociedade civil. Por exemplo, na prestação de contas até então antes de entrar em vigor o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei Federal nº 13.019/2014, eram muito rígidas, com um controle muito pesado e uma exigência descabida para as organizações da sociedade civil. Defendemos a transparência na gestão, mas as exigências devem ser proporcionais à estrutura das organizações e levar em conta a dinâmica das organizações, que muitas das vezes não possuem pessoal próprio ou experiência suficiente para execução de determinadas tarefas. Há uma demanda enorme por formação de pessoal capacitado que entenda de gestão de projetos para sejam executados com êxito e da melhor forma possível. Um problema recorrente é a defasagem dos custos de um projeto, no momento da elaboração se faz um orçamento, mas quando o recurso é liberado para execução há uma defasagem de mais de 10%, pois o orçamento não acompanha a evolução da inflação os dos índices que reajustam os custos e preços ao consumidor. É necessário fazer adequação do plano de trabalho,

remanejar recursos, e às vezes o que se pensa executar na elaboração do projeto quando se inicia a execução não conseguimos fazer quando o recurso é liberado. Além disso, tem alguns encargos que a associação ainda não possui isenção, por exemplo, a Cota Patronal do INSS de 20% sobre a contratação de pessoal por CLT. Esse encargo onera muito o projeto. (Antonioni Afonso, 2019)

Para Antonioni os contratos e os convênios que garantem recursos para a atuação no campo social e cultural possuem uma rigidez que não condiz coma realidade de quem produz e atua no âmbito da cultura.

Já para Gerivaldo, o Babakere da casa, também conhecido por Baba Geri, artesão e costureiro, que desenvolve diversos cursos de corte e costura e artesanatos no Ilé Axé:

O Brasil e a Bahia são intolerantes, preconceituosos e racistas. Isso se sente na pele, diariamente. É difícil manter uma atividade cultural de povos negros. Sempre esbarramos em barreiras, em portas fechadas. São muitas as dificuldades financeiras. Todos os anos têm que se fazer parceria, com o governo, com entidades privadas. Muito difícil fazer um evento de uma semana num espaço público, com uma verba predeterminada. Há ainda muita resistência de algumas pessoas da cidade. Ainda sofremos muito preconceito. Santo Amaro é uma cidade de muitos evangélicos, de comunidade cristã e sofremos preconceitos de parte dessa população. Isso cria alguns entraves e barreiras. Mas, temos o poder, a força dos orixás a nosso favor. É o que nos mantém vivos, eretos e firmes na caminhada. (Baba Geri, 2019).

Isso demonstra, o quanto é importante reforçar ações de formação cotidiana, para além da realização de eventos, haja vista que toda a estrutura local é permeada por uma formação cristã e, que por vezes, expressam o racismo religioso vivido pelos povos de terreiro, todos os dias. Assim, o que nos garante a esperança é a nossa fé na ancestralidade. Sobre a Rede de Economia Solidária dos Povos de Terreiro, Antonioni Afonso entende que:

Nós executamos projetos em parceria com órgãos públicos para toda comunidade de Santo Amaro. A Rede de Economia Solidária envolveu mais de sete terreiros, mas não apenas pessoas de terreiro, mas também pessoas católicas, espíritas, protestantes que vinham e participavam das oficinas de corte e costura, de culinária, das oficinas que foram ministradas nas escolas públicas. Foi um trabalho de impacto em toda a comunidade da cidade com diversos públicos: homens, mulheres, crianças e adolescentes, jovens, adultos e idosos. Esse projeto contribui para desmistificar o espaço sagrado do culto das comunidades de matriz africana como também espaço e território de acesso à cidadania e às políticas públicas. Contribuiu para uma integração de uma rede de Terreiros produzindo, comercializando e construindo perspectivas de empoderamento econômico a partir da economia solidária. O impacto que nós provocamos na sociedade é de também promover o acesso à direitos que não são garantidos pelo Estado. Nós, enquanto sociedade civil organizada, promovemos e garantimos acesso à alguns direitos através dos nossos projetos. (Antonioni Afonso, 2019)

O Ilé Axé Oju Onirê busca construir um espaço que seja tanto religioso quanto que forneça a possibilidade de acesso à cidadania e às políticas públicas. Já sobre o Bembé do Mercado, Baba Geri, destaca:

A celebração do Bembé vem servindo para conscientização nas últimas duas décadas. Ajudou a limpar o espaço intelectual do Bembé o espaço religioso. Antes, o Bembé era malvisto. Conseguimos uma projeção positiva do significado real do Bembé do Mercado. Não é só uma atividade religiosa, tem uma importância história, cultural, artística e política. As ações contam essa história. Desperta nas pessoas o interesse pela cultura, pela arte. Aprender a fazer uma trança, um ojú, um camizu, como fazer uma saia de candomblé, uma saia para Yansã, uma saia para um orixá desperta nas pessoas esse sentimento de identidade, de pertencimento. Cada ano que passa, o Bembé vem se afirmando mais. O Bembé é importante como espaço religioso para a Bahia e para o Brasil. Empoderamento das pessoas de candomblé na cidade de Santo Amaro, apropriação do Bembé de maneira positiva, conhecimento e consciência do significado do Bembé do Mercado. A partir disso, acontece o fomento do Bembé do Mercado, pois cada pessoa passa a ser um multiplicador. (Baba Geri, 2019).

Já para a historiadora, pesquisadora e professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e filha do Ilé Axé Ojú Onirê, Ana Rita Machado:

O Bembé para mim é uma representação maior do que a manifestação civilizatória de Santo Amaro (BA). É onde está o grande protagonismo da Associação Oju Onirê, porque o Bembé quebra um conjunto de coisas negativas que já aconteceram no passado e faz com que o terreiro assuma o protagonismo que outros homens e mulheres tiveram, mas não na mesma dimensão. Eu acho que é uma das coisas mais importante que o Terreiro Ilé Axé Ojú Onirê faz (Ana Rita Machado, 2019)

Cabe ainda dizer que,

Tudo que vem de nego tem um grande preconceito, mas conseguimos quebrar várias barreiras trazendo não só o povo de Terreiro, mas a comunidade em si, independente da religião, fazendo-as adentrar o nosso axé. A Associação Ile Axé Oju Onirê tanto para a comunidade religiosa, quanto para a comunidade santamarense é um grande marco. É uma Associação de militância que vem instruindo as outras associações de candomblé e vem buscando benefícios para a religião, quebrando vários tabus de preconceito, de discriminação. Há uns 20 anos atrás ninguém de candomblé saia na rua com as roupas de candomblé, e hoje as pessoas andam de candomblé para qualquer lugar. A Associação veio quebrar os paradigmas. Saber que a gente existe e que a gente está ali! Santo Amaro é uma cidade conservadora, voltada para os brancos. Não foi só do Ojú Onirê, começou antes, mas o Ojú Onirê ajudou bastante. Virou um cartão postal da cidade. (Sérgio Bispo dos Santos, 2019)

Não podemos desconsiderar um aspecto essencial para essa discussão: a questão étnica. O debate acerca das políticas das relações étnico-raciais é o ponto delineador das ações que desenvolvemos, haja vista o racismo estrutural brasileiro. A celebração do Bembé do Mercado, liderada pelo Ilé Axé Oju Onirê, só após 120 de história e luta

alcança pela primeira vez o reconhecimento como bem imaterial do estado da Bahia e só após 130 anos é registrado como patrimônio cultural nacional. Se por um lado, é uma conquista, por outro lado, é resultado do quanto o racismo estrutura uma lógica perversa no sistema brasileiro, capaz de colocar a população negra à precariedade (FANON, 2008). Para Djamila Ribeiro (2017, P.48) “numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de Pai Pote, autor deste artigo e líder da Associação Cultural Ilé Axé Ojú Onirê, três entrevistados para estas reflexões (Baga Geri, Manuela de Ogum e Sergio Bispo) são discentes dos cursos de graduação e de pós graduação do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esta troca de experiências tem nos demonstrado o quanto é importante pensar a gestão cultural, especialmente para os espaços culturais que nem fazem parte de uma lógica mercadológica, nem são do Estado. O Ilé Axé Oju Onirê, assim como outras associações com relação direta a religião e cultura de matriz africana enfrenta enormes desafios para a sua continuidade e para a sustentabilidade de suas ações. Enfrentamos, contudo, com alegria, com contentamento, além de buscarmos ajuda com parceiros, procurarmos qualificações que possam aprimorar e qualificar nossas atividades.

Também precisamos considerar que todas essas experiências são resultantes da graça dos Orixás, Inkisses, voduns e caboclos que nos dão força para continuar acreditando e tendo esperança em um projeto antirracista e em prol da igualdade racial. Todavia, haja vista o momento que se apresenta no cenário político do país, temos receio de como prosseguir diante das tamanhas atrocidades que dialogam tanto com ideias do neoliberalismo quanto do conservadorismo que nos atacam diretamente, enquanto agentes culturais e de religião de matriz africana. Resta-nos agora, (re)existir em defesa de nossas existências e da promoção da cultural enquanto mola propulsora de transformação social dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ALBINATI, Mariana Luscher. Espacialização das diferentes expressões culturais na cidade. In: Giuliana Kauark; Plínio Rattes; Nathalia Leal. (Org.). Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação. 1ed.Salvador: EdUFBA, 2019, v. , p. 135-.
- AVELAR, Rômulo. **O Aveso da Cena: notas sobre produção e gestão cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2010.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008. Jayme e Moraes. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana Uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva.Dossiê: Diversidad cultural en América Latina. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/civitas/v17n2/1984-7289-civitas-17-02-268.pdf>. Acesso em 10 de março de 2021.
- VERGER, P. F. Orixás. **Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- LEITAO, Claudia; GUILHERME, Luciana Lima. **Cultura em movimento: memórias e reflexões sobre políticas públicas**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação** / Roberto Sidnei Macedo. – Brasília: Liber Livros Editora, 2ª edição, 2010. 179p. (série pesquisa v.15) Martins, J. B. (1996). Observação Participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia Escolar. Seminário Ciências Sociais / Humana. 17(3), 266-273.
- SARTINI, Antônio Carlos de Moraes. **Reflexões sobre os espaços culturais: o espaço como experiência, repertório e gestão**. Anais do 2. Seminário Internacional de Gestão Cultural, Belo Horizonte 2010.
- SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Ed.Vozes, 2017.
- RATTES, Plínio César dos Santos. **Políticas e gestão de equipamentos culturais Públicos: a perspectiva dos gestores**, 2017, 184f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas (2008). **Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (Orgs.). Políticas Culturais na Ibero-América. Salvador: EDUFBA. _____ e BARBALHO, Alexandre (Org.). (2007). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA. _____ (2007). Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios. In: OBS. Lisboa: (15), abril.